

A EDUCAÇÃO DE MENINAS NO SÉCULO XIX ATRAVÉS DOS EXEMPLOS DE NÍSIA FLORESTA E MATHILDE ANNEKE¹

Isabela Candeloro Campoi²

“Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado –emancipação da mulher –, nossa débil voz se levanta, na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!”

Nísia Floresta, 1853.

Nísia Floresta vivia em Porto Alegre quando teve início a Revolução Farroupilha. Viúva desde 1833, como chefe de uma família composta por crianças e outras mulheres, certamente a tensão da guerra contribuiu para a mudança da família para a capital do Império. Ela já atuara como educadora no nordeste e no sul do país, e no Rio de Janeiro inaugurou o *Colégio Augusto* em 1838.

Do outro lado do Atlântico, por ter participado dos movimentos revolucionários de 1848, a alemã Mathilde Franziska Anneke seguiu como exilada política para a Suíça e de lá para os EUA onde, anos depois, em 1865, comandou uma escola para meninas.

Afetadas pelo clima de guerras civis, letradas e atuantes no meio literário, Floresta e Anneke são exemplos do movimento transatlântico de pessoas e ideias. As experiências pessoais de ambas, assim como as consequências de suas decisões, despertaram suas consciências sobre a degradação do status social da mulher no século XIX. Seja questionando a condição social das mulheres de seu tempo, seja propondo mudanças no ensino feminino, elas se dedicaram assiduamente à divulgação de suas ideias.

O estudo comparativo das trajetórias de Nísia Floresta e Mathilde Anneke proporcionou o desdobramento da abordagem que apresento nesse texto, qual seja, a educação de meninas no Brasil e na Alemanha em meados do século XIX.

Um ponto factual de aproximação: a principal obra até então tratando da emancipação feminina, *Vindication of the rights of woman*, escrita por Mary Wollstonecraft, originalmente de 1792, teve sua tradução publicada na Alemanha e no

¹ Esse texto é desdobramento da pesquisa intitulada “O movimento transatlântico dos direitos das mulheres e conceitos educacionais no século XIX: a alemã Mathilde Franziska Anneke e a brasileira Nísia Floresta”, desenvolvida em estágio Pós-doutoral no Instituto de Estudos Latino Americanos da Universidade Livre de Berlin, Alemanha, sob supervisão do Professor Dr. Stefan Rinke e com apoio da à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) entre maio de 2009 e maio de 2010.

² Pesquisadora associada ao Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural (NUPEHC) da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói, RJ)

Brasil no mesmo ano: 1832.³ Aliás, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, tratava-se de uma tradução livre escrita pela própria Nísia Floresta aos 22 anos de idade.⁴ Esse foi seu primeiro livro, publicado em Pernambuco sob o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta.⁵

Natural do Rio Grande do Norte, Nísia Floresta (1810-1885) havia se casado aos 13 anos, desistira do matrimônio e meses depois voltou a viver com os pais. Seguindo as pistas, sem fontes seguras para uma afirmação precisa, Constância Lima Duarte sugere que foi durante a vida em Goiana, Pernambuco, onde havia um convento das Carmelitas desde o século XVII com uma rica biblioteca, que Nísia Floresta iniciou seus estudos. “Apenas se sabe que dentro de poucos anos ela estará dominando as línguas francesa e italiana, em condições de se oferecer como mestra de primeiras letras.”⁶ Certamente o acesso à instrução foi fator transformador em sua trajetória.

Nísia Floresta propunha um ensino feminino bastante diferenciado do que prevalecia em meados do século XIX. Comumente as escolas de meninas dava ênfase às prendas domésticas, ensinava a língua materna, o francês e as quatro operações matemáticas. Já o *Colégio Augusto* ensinava latim, por exemplo, matéria considerada inadequada às meninas, mas também francês, italiano e inglês, além de estudos de Geografia e História pátria e Educação Física.

Conforme mostra Constância Lima Duarte, o jornal *O Mercantil* de primeiro de janeiro de 1847 fez um comentário a propósito dos exames de línguas realizados no colégio de Nísia Floresta, que reflete as concepções sobre a educação das meninas

³ Ver: DIETHE, Carol. *Towards emancipation: German women writers of the nineteenth century*. New York: Berghahn Books, 1998, p.23. Segundo a autora, o livro de Wollstonecraft foi traduzido na Alemanha por Henriette Herz (1764-1854).

⁴ FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Editora Cortez, 1989. Sobre a publicação, apesar de apresentar na capa o nome de Mary Wollstonecraft, a pesquisadora em literatura Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke polemiza e afirma que se tratava do livro de Sophie, pseudônimo de Mary Wortley Montagu (1689-1762), que escreveu *Woman not inferior to man* em 1739. Montagu, por sua vez, inspirou-se (chegando até plagiar certos trechos) no livro *De l'égalité des deux sexes*, de François Poullain de La Barre publicado em 1673. Ver: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia Floresta, o carapuceiro e outros ensaios de tradição cultural*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

⁵ O pseudônimo escolhido revela a personalidade e as opções existenciais de Dionísia Gonçalves Pinto: Nísia é o diminutivo de seu nome, Dionísia; Floresta, o sítio onde ela nasceu; Brasileira, uma afirmação de seu sentimento nacionalista, e Augusta, uma homenagem ao companheiro e pai de sua filha, Manuel Augusto, que na ocasião da publicação era estudante da Faculdade de Direito de Olinda. Mais duas edições foram publicadas em Porto Alegre (1833) e no Rio de Janeiro (1839).

⁶ DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Ed. Universitária/UFRN, 1995, p. 19. A autora dedicou anos de pesquisa e realizou um rigoroso levantamento de fontes para analisar a vida e a obra de Nísia Floresta. Esse trabalho foi minha principal fonte de informação e graças a essa autora, muitas das obras de Nísia Floresta foram publicadas como segunda edição mais de cem anos depois das primeiras publicações européias

daquele tempo: “Trabalhos de língua não faltaram; os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale menos.”⁷

De fato, as opiniões sobre o ensino dedicado às alunas do *Colégio Augusto* publicadas quase sempre anonimamente nos jornais cariocas, apesar de terem tonalidade negativa, na verdade demonstram os avanços das propostas educacionais que destoavam da pedagogia em voga na época no que tange ao ensino feminino.

No decorrer do ano de 1847, Nísia Floresta publicou três obras de caráter pedagógico: *Fany ou o modelo das donzelas*, um breve texto de seis páginas intitulado *Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta Brasileira Augusta* e ainda *Daciz ou a jovem completa*, livro citado mas não localizado pelos estudiosos de Nísia Floresta. Mas é mesmo no conteúdo do *Opúsculo Humanitário* publicado no Rio de Janeiro em 1853, que podemos encontrar a síntese do pensamento de Nísia Floresta sobre a educação feminina.

Trata-se de uma coletânea de sessenta e dois artigos publicados na imprensa carioca após a primeira viagem de Nísia Floresta à Europa (1849-1852).⁸ Os textos iniciais traçavam um histórico, da Antiguidade Clássica ao século XIX, da condição feminina em diversas civilizações. Para ela, o desenvolvimento material e intelectual de um país - mas também o seu atraso - estava relacionado ao lugar ocupado pelas mulheres na sociedade. Sobre o Brasil, a educadora afirma que a instrução das meninas significaria o acesso da nação brasileira no rol das civilizações modernas. O anti-escravismo de Nísia Floresta aparece também quando ela se refere às relações no âmbito doméstico e o reflexo das mesmas na educação de meninas:

Todo o serviço do interior das famílias sendo feito entre nós por escravos, a menina acha-se desde a primeira infância cercada de outras tantas perniciosas lições, quanto são as ocasiões em que observa os gestos, as palavras e os atos dessa infeliz raça, desmoralizada pelo cativo e condenada à educação do chicote.⁹

Segundo a educadora, o tratamento rude dado aos escravos e até às amas de leite por seus senhores, era um péssimo exemplo de “revoltante ingratidão.” Aliás, Nísia Floresta fez voz ao movimento de incentivo ao aleitamento materno, tema que aparece, mesmo que ligeiramente no *Opúsculo Humanitário*.

Na última parte do livro, a autora critica as escolas e o ensino no Brasil valendo-se de dados oficiais então recentemente publicados, posicionando-se contrariamente ao

⁷ Idem, p. 34.

⁸ A segunda edição do livro foi publicado 136 anos depois, ou seja, em 1989, com estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-Valadares.

⁹ FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Editora Cortez, 1989, p.96.

governo sobre a falta de um direcionamento educacional, em específico sobre o ensino feminino.

Conforme aponta Heleieth Saffioti, a primeira legislação educacional do Império é de 1827 e embora seja um marco histórico, já que foi a primeira a reconhecer a necessidade de se instruir as mulheres, estabelecia currículos diferenciados para a educação de meninas e de meninos.¹⁰ A realidade brasileira frustrava a aplicação da lei, seja por falta de mestres capacitados, seja pela remuneração pouco atrativa. Através de um Ato Adicional de 1834 as escolas primárias passaram a ser de responsabilidade das províncias, frustrando o ensaio de uma unidade de ensino de nível nacional.

As meninas eram admitidas apenas nas escolas primárias e conforme observa Saffioti:

As expectativas sociais em relação aos papéis femininos excluía, de modo praticamente cabal, a necessidade de instrução. Muitos eram os pais que retiravam suas filhas da escola assim que dominassem os trabalhos de agulha, impedindo-as de se iniciarem, com segurança, nas primeiras letras.¹¹

No *Opúsculo Humanitário* além de tratar do fracasso do sistema geral de ensino, Nísia Floresta denunciava, sem citar nomes, as escolas da Corte comandadas por estrangeiros que segundo ela, eram quase sempre despreparados para atuarem no ramo da educação. As críticas de Nísia Floresta caíram também sobre a educação que preparava as meninas para a vida nos salões.

Aliás, um novo impulso se estabeleceu no ensino feminino após a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. No início do século XIX, a alfabetização das meninas da elite se restringia quase sempre apenas a sua capacitação para uma leitura razoável de textos religiosos, além do estudo da língua pátria, da aritmética, da religião, do bordado e da costura. Aos moldes do patriarcalismo, a ignorância era uma forma de evitar a correspondência amorosa. Entretanto, por volta dos anos 1820, o incremento da vida nos salões provocou mudanças significativas na educação das meninas da elite. Sobre esse aspecto, Nísia Floresta critica:

Não é nas representações teatrais, principalmente de nossa terra, nem nas casas de baile, que entre nós muitas meninas frequentam de comum com o colégio – donde as mandam buscar, interrompendo seus exercícios escolares, para não perderem triunfos que inebriam as filhas e lisonjeiam os pais (...) – que uma jovem donzela adquire o gosto e o hábito do trabalho. (...) Para guiar as meninas em tão grande e digno empenho, será preciso vencer-se

¹⁰ SAFFIOTI, Heleieth. I. B. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969, p. 204.

¹¹ Idem, p.205.

a fraqueza que se tem de inspirar-lhes gosto por futilidades, as quais, dando-lhes apenas ligeiros matizes de boa educação, só lhes atraem passageiros sucessos (...)¹²

Às jovens mulheres eram dadas as incumbências, no âmbito privado, de bem-receber, ostentando habilidades ligadas às regras de etiqueta e à arte recreativa, mas também cumprindo o papel de colaboradoras dos pais, maridos ou irmãos para sua inserção ou permanência nos círculos sociais da elite urbana oitocentista.¹³ Além do canto, da dança e da música, o estudo do francês e da literatura instruíam as jovens para o mundo dos eventos sociais: exigia-se desenvoltura e brilho nos salões. E Nísia Floresta exemplifica: “(...) o que se chama por via de regra no Brasil dar boa educação a uma menina? Mandá-la aprender a dançar, não pela utilidade que resulta aos membros de tal exercício, mas pelo gosto de a fazer brilhar nos salões (...)”¹⁴

Nos primeiros artigos do *Opúsculo Humanitário* Nísia Floresta tratou da condição de suas contemporâneas, referindo-se às mulheres dos EUA, da França, da Inglaterra e da Alemanha. Sobre as alemãs nossa educadora observou: “A Alemanha, esse país clássico das idéias e da reflexão, é também um país por excelência nos respeitos tributados à mulher.” Nísia Floresta elogiou a “educação sólida desse povo” e referiu-se à situação privilegiada das mulheres alemãs. Segundo ela, os alemães perceberam a importância da educação elevada da mulher, “da matrona esclarecida edificando os filhos e o sexo [a mulher] com exemplos de uma sã moral, derramando em torno deles as luzes de um espírito reto e superior, os afetos de um coração formado e generoso.”¹⁵

Desta forma, ela atribuiu o destaque de figuras do universo intelectual ao acesso das mulheres germânicas à instrução:

Na pátria dos Leibnitz, Kant, Klopstock, Goethe e Humboldt - essa terra que, pelo alto grau a que os seus nacionais têm levado o estudo e a meditação, é justamente denominada a pátria do pensamento - a parte da humanidade que nutre em seu seio, e guia depois os primeiros passos da outra, foi e é ainda considerada como devidamente merece.¹⁶

Nísia Floresta baseou-se no livro *L'Allemagne* da francesa Madame de Staël, publicado em 1810. Conseqüência de suas viagens à Alemanha ocorridas entre 1803 e 1808, a publicação provocou o rompimento definitivo da escritora com Napoleão Bonaparte, que considerou o livro não patriótico e ofensivo ao orgulho francês. O

¹² FLORESTA, *Op. Cit.*, p.114-115.

¹³ Sobre esse aspecto ver: QUINTANEIRO, Tânia. *Retrato de mulher: O cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996.

¹⁴ *Idem*, p. 110.

¹⁵ *Idem*, p.17.

¹⁶ *Idem*, p.22.

resultado foi a apreensão da edição e a expulsão da autora do solo francês. Esse caso foi marco considerável de discórdia entre França e Alemanha.

Aliás, Brasil e Alemanha tiveram seus destinos marcados pela ascensão, atuação e queda de Napoleão Bonaparte. As invasões do exército francês na Península Ibérica provocaram a transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808), a maior e mais importante colônia de Portugal. No período que se seguiu, a imprensa foi inaugurada e as primeiras faculdades foram fundadas. Com a circulação de materiais impressos o Brasil passou a ter efetivamente um mercado editorial: as salas de leitura, as reuniões públicas, os salões da elite letrada incrementaram a entrada de idéias modernas e liberais no Brasil.

No continente europeu, entre alianças políticas e declarações de guerra, os estados alemães experimentaram em intensidade e em instâncias variadas a modernização das suas instituições. Sob a tutela do imperador francês, foi criada a Confederação do Reno (1806), que sofreu forte influência do código Napoleônico. Já os impérios prussiano e austríaco fizeram concessões que significaram também alguma modernização.

Como parte das reformas ocorridas desde a efetiva presença francesa na região sul e nos estados ocidentais da Alemanha, procurou-se racionalizar a burocracia e, por isso, houve uma maior preocupação do governo com a educação, que assume o seu controle no lugar da Igreja, até então a grande responsável pela educação primária. Desse modo, foram necessárias decisões sobre as diferenças entre a educação voltada para os meninos e para as meninas.

A ideia mais propagada certamente era o conteúdo do livro *Emilie* de Rousseau (1712-1778).¹⁷ No enredo, a educação da personagem Sophie deveria ser diferente em quantidade e qualidade. O produto final seria uma mulher-esposa que complementasse seu marido. Sua educação deveria ser modesta, prevenindo o marido do tédio, mas jamais desafiadora da intelectualidade dele. Com tal tradição, cresceram a literatura e o debate sobre a natureza da educação feminina na Alemanha, mas principalmente nos estados do oeste, onde a influência francesa foi efetiva.

Esse contexto marcou a nova literatura de mulheres e, conseqüentemente, as estratégias didáticas na Alemanha. Desta forma, criou-se a idéia de uma literatura

¹⁷ Como evidência da difusão dessas idéias, Nísia Floresta cita no *Opúsculo Humanitário* o mesmo livro de Rousseau, que criticou a prática recorrente na França das mães que confiavam a amamentação às amas de leite. Segundo Nísia Floresta a situação no Brasil escravista era ainda mais degradante, já que eram as escravas negras as amas das mulheres da elite.

adequada às mulheres: contos morais, novelas didáticas sentimentais e histórias de conversão, com forte orientação religiosa-cristã. Todos os elementos eróticos foram cuidadosamente retirados da literatura para meninas. Era ideia geral entre a classe média que a prolongação da infância era o melhor caminho para garantir a pureza espiritual das meninas. Havia uma literatura excluída dos programas de leitura das jovens ‘ladies’. Alguns livros poderiam destruir certa harmonia, daí a convicção de que a referência com a realidade deveria ser cuidadosamente mantida longe da garota adolescente. Permitir que as meninas lessem era sempre um risco. Em muitos guias isso ficava claro: era o perigo do vício da leitura que poderia atrapalhar suas virtudes próprias de mulher e certamente reduzir seu valor no mercado de casamentos.¹⁸

Assim, educar as mulheres era esperar que sua natureza considerada calma influenciasse seus filhos, pois seria uma forma de controlar os cidadãos. Portanto, a segregação da educação era fundamental, separando o ensino adequado à cada gênero, numa relação binária.

Como reflexo das políticas de modernização e em consonância com as concepções de diferenciação de gênero também no ramo da educação, Joanne Schneider analisa três escolas para meninas localizadas na Baviera. O Instituto *Max Joseph*, de 1813 era frequentado pelas meninas da elite e tinha forte influência francesa. Seu currículo deixava clara a intenção de preparar as alunas para a vida doméstica, assim como preservar as distinções e atitudes características das classes altas, que prevaleciam em uma sociedade tradicional e pré-industrial. Já a escola *Nymphenburg*, originalmente um convento fundado em 1730, foi fechado em 1816 e reaberto sob administração do estado no ano seguinte. Seu ensino era destinado às meninas da classe média e sua política educacional refletia os valores típicos da burguesia, como piedade, pragmatismo e patriotismo.

A *Munich's Höhere Töchter-Schule* foi aberta em 1822 em contrapartida às dificuldades de admissão nas escolas anteriormente citadas. Seu currículo produziria mulheres trabalhadoras de classe média, destinadas a serem boas esposas e mães, mas que também poderiam atuar no ensino. Em análise documental Schneider descreve as pretensões de um grupo de formandas, mostrando que as intenções profissionais de

¹⁸ MÖHRMANN, Renate. “The reading habits of women in the vormärz” In: FOUT, John. (org.) *German women in the nineteenth century: a social history*. New York: Holmes & Meier Publishers, 1984, p. 109-110.

muitas delas extrapolavam a fronteira doméstica, afinal, algumas almejavam carreiras fora de casa.

O panorama apontado na análise das escolas, frutos das reformas na Baviera, mostra que a diferença entre elas está no fato de que cada uma das escolas servia a um grupo específico, de acordo com a hierarquia social. Daí a importância de se considerar, nas análises das relações de gênero, as categorias classe e etnia/raça, conjuntamente, conforme aponta Joan Scott.¹⁹ Apesar das medidas modernizadoras e dos ares da Revolução Francesa, a análise da educação das meninas reflete as diferenças sociais: a elite civil e igualmente a militar, preservaram a perspectiva tradicional da aristocracia. Já a classe média incipiente não era homogênea, ainda que tivesse em comum a ética da piedade e o evidente pragmatismo, além de se esperar dessas mulheres certa porção de patriotismo. Certamente o ideal da mulher como ‘homemaker’, esposa e mãe dominou o panorama. Não se pretendia a conquista de direitos políticos ou explicitamente de carreiras profissionais, mas houve um reconhecimento tácito de que as mulheres deveriam estar cientes do mundo público a sua volta.

Mathilde Anneke (1817-1884) nasceu e cresceu na Westphalia, quando a região era parte da Confederação Germânica e estava sob os auspícios da Prússia, mas que havia sido domínio francês antes da queda de Napoleão (1815). Ela foi a filha mais velha de uma família católica de doze irmãos e sua instrução deu-se no espaço doméstico com professores particulares. Aos 19 anos casou-se com o nobre Alfred von Tabouillot e um ano depois, através do *Kölnische Zeitung*, um diário publicado em Colônia, tornou-se largamente conhecida, já que durante os procedimentos de divórcio, por meio de seus artigos, fez sua auto-defesa conquistando o divórcio e a guarda da filha.²⁰

O texto mais famoso de Anneke foi escrito no inverno de 1846-1847. Intitulado *Das Weib in Konflikt mit den sozialen Verhältnissen*, (Mulher em conflito com a sociedade), era a defesa explícita de Louise Aston, escritora bastante conhecida por seus contemporâneos. Aston foi banida de Berlim em 1846 por conta de suas opiniões que questionavam a ordem doméstica, mas também por sustentar um comportamento inadmissível a uma mulher, já que defendia o amor livre e tinha predileção para roupas masculinas e cigarros. Seu amigo e escritor Rudolf Gottschall lhe dedicou um poema,

¹⁹ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.” In: *SOS CORPO: gênero e cidadania*. Trad.: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 3ª edição. Recife, abril de 1996.

²⁰ PIEPKE, Susan L. *Mathilde Franziska Anneke (1817-1884): the works and life of a German-American activist*. New York: Peter Lang Publishing, 2006, p. 07.

Madonna und Magdalena, considerado uma blasfêmia. As autoridades da capital prussiana reagiram, expulsando Louise Aston de Berlim, quando também seu ex-marido, judicialmente, tirou-lhe a guarda da única filha.²¹

Certamente identificada com a história pessoal de Louise Aston, Mathilde Anneke criticou em seu texto o domínio opressivo das leis e dos costumes a partir desse caso que se tornou conhecido na Alemanha. Segundo ela, o fracasso do casamento e o estigma encontrado em seu meio social por ser divorciada, somados às dificuldades financeiras para se sustentar, evidenciam uma clara circunstância de intolerância enfrentada por essa mulher. O texto em defesa de Aston foi um ‘ensaio’ para as atividades que Anneke desenvolveria junto ao movimento sufragista nos EUA.

Em 1847 Mathilde Franziska casou-se com Fritz Anneke, oficial dissidente da artilharia prussiana, com quem teria seis filhos. Estabelecido em Colônia, o casal fazia parte de um grupo em que oficiais, estudantes, escritores e jornalistas, tais como Friedrich Engels e Karl Marx se opunham ao governo prussiano. Fritz Anneke tornou-se um líder liberal, democrata e republicano expressando suas idéias no jornal *Neuen Kölnischen Zeitung* às vésperas dos movimentos de 1848.²²

Certa dose de nacionalismo e demandas constitucionais foram pontos comuns dos movimentos de 1848, generalizados em toda a Europa. Da mesma forma refletiram a crise econômica nas sociedades pré-industriais. Na Alemanha, a geração de 1840 estava preocupada com sua organização política frente às demandas da ordem capitalista. O panorama político que antecedeu a Revolução de 1848 na Alemanha foi de opressão e censura aos opositores políticos. Até por isso o exílio era prática comum em toda Confederação Germânica.²³ Com os movimentos de março de 1848 a situação se acirrou. De julho a dezembro Fritz permaneceu preso e Mathilde Anneke tomou a frente do jornal editado pelo marido que foi logo silenciado pelas autoridades. Na resistência, com um filho recém-nascido (o primeiro do casal), Mathilde publicou o *Frauen-Zeitung* (Jornal das Mulheres), considerado o primeiro jornal alemão dedicado à luta pelos direitos das mulheres, mas que teve apenas dois números antes de ser suspenso pela censura (27 e 28 de setembro).

²¹ WHITTLE, Ruth. PINFOLD, Debbie. *Voices of Rebellion: political writing by Malvida von Meysenbug, Fanny Lewald, Johanna Kinkel and Louise Aston*. Bern: Peter Lang Publishing, 2005.

²² WAGNER, Maria. *Die Frau in der Gesellschaft Lebensgeschichten: Mathilde Franziska Anneke in Selbstzeugnissen und Dokumenten*. Frankfurt am Main: Fischer, 1980, p.36.

²³ Sobre o panorama político e a *Frankfurt Diet* (Bundesversammlung), ver: CLARK, Christopher. “Germany 1815-1848: Restoration or pre-March?” In: FULBROOK, Mary (editor). *German History since 1800*. London: Arnold, 1997, p.38-40.

A família foi exilada para os EUA e entre 1849-1854, mais de um milhão de refugiados alemães estabeleceram-se no país. Eram os chamados “forty-eighters”, que por motivos diversos tiveram que deixar a Alemanha rumo ao Novo Mundo.²⁴

Entre Milwaukee e Newark o casal trabalhou no jornalismo, fundando jornais em língua alemã, escrevendo sobre literatura e política e proferindo palestras públicas. O nome de Mathilde Anneke foi bastante conhecido entre os seus contemporâneos, especialmente como apoiadora do movimento abolicionista e fundadora ardente do movimento sufragista nos EUA. Durante a guerra civil norte-americana (1860-1865) Mathilde Anneke estabeleceu-se na Suíça, onde conheceu Cecilie Kapp que seguiu com ela para Milwaukee com o intuito de abrirem uma escola para meninas. Em carta escrita ainda da Europa para a irmã, Anneke descreveu as qualidades de Cecilie Kapp, cujos pais tinham um colégio interno na Suíça: falava fluentemente inglês, francês e alemão, além de ter conhecimentos de italiano, piano e canto. Da mesma forma, Anneke afirma que pretendia ficar nos bastidores, pois acreditava que sua postura radical pudesse ser prejudicial ao empreendimento.²⁵

O *Milwaukee Töchter-Institut* foi inaugurado em 1865 e propunha um ensino separado de qualquer proposta religiosa. Anneke atuava como diretora e também dava aulas em diversos cursos da grade curricular. O anúncio da escola enfatizava uma educação prática, em que meninas americanas e alemãs estudariam em um ambiente apropriado, porém confortável. Mencionava-se como áreas de estudo: línguas alemã e inglesa incluindo gramática, composição de texto, literatura e conversação; língua francesa; história mundial e cultural; geografia, história natural e aritmética; desenho, música e retórica; e finalmente trabalhos artesanais. O *Milwaukee Töchter-Institut* tinha um currículo avançado, que pretendia nitidamente preparar suas alunas para seguirem na educação superior.

Susan Piepke, como parâmetro de comparação, refere-se à outra escola para meninas fundada na cidade em 1852. A escola de Catharine E. Beeche, educadora que atuava em diversas cidades e estados norte-americanos, tinha uma proposta fortemente religiosa.²⁶ Enquanto Mathilde Anneke atuava engajadamente no movimento pelo

²⁴ PIEPKE, *Op., Cit.*, p.43.

²⁵ WAGNER, *Op., Cit.*, p. 217-218.

²⁶ PIEPKE, *Op., Cit.*, p. 119. A diretora concorrente já tinha uma carreira bem consolidada quando abriu a escola em Milwaukee e tinha especial interesse na educação de professores. Em 1872 ela publicou “Woman’s profession as mother and Educator” (Profissão e mulher como mãe e educadora).

direito feminino ao voto, Beecher se opunha ao sufrágio, entendendo o voto como uma carga que as mulheres não estavam prontas para suportar.²⁷

As trajetórias de vida de Nísia Floresta e Mathilde Anneke ilustram a importância do acesso feminino à instrução. A modernização das instituições alemãs revela o aumento do acesso das meninas aos bancos escolares, o que não significou uma maior igualdade de gênero. O processo de emancipação feminina não deve ser entendido através da ideia de progressão, especialmente no campo da educação. Durante a transição do século XVIII para o XIX, podem ser observados bloqueios e até regressões de atitudes igualitárias entre os sexos.

Entretando, é preciso considerar que apesar das convenções, dos manuais e dos modelos didáticos de conduta feminina, certamente a instrução das mulheres alemãs das classes superiores já nas primeiras décadas do século XIX, contribuiu para que uma primeira geração de escritoras profissionais despontasse na Alemanha às vésperas da Revolução de 1848. Mesmo excluídas da participação política e dos debates públicos que a sociedade germânica então recentemente experimentava, seja por conta do acesso à educação ou do engajamento pessoal, a revolução de 1848 na Alemanha contou com a participação feminina em diversas frentes.²⁸

Já no Brasil, o estabelecimento tardio do ensino superior e da imprensa, o uso generalizado da mão-de-obra escrava, a dependência econômica e um patriarcalismo mais enraizado, funcionaram, de certa forma, como empecilhos, refletindo no processo de emancipação feminina. No *Opúsculo Humanitário* Nísia Floresta afirmou que o escravismo atrasava a industrialização do país. Em 1856, após dezoito anos de funcionamento, o *Colégio Augusto* fechou suas portas e Nísia Floresta seguiu para Europa, onde permaneceu nos dezesseis anos seguintes. Abolicionista, republicana e defensora dos direitos das mulheres transitou com desenvoltura no universo intelectual principalmente parisiense. Publicou na França, na Itália, em Portugal e na Inglaterra.

Mathilde Anneke dirigiu a escola até sua morte, em 1884. Foi lembrada por ex-alunas como uma mulher de pensamento livre e modelo de integridade. Ela ficou conhecida nos EUA como estusiasmada oradora e membro ativo do movimento de mulheres abolicionistas e sufragistas.

²⁷ PIEPKE, *Op., Cit.*, p. 115.

²⁸ Ver: LUDWIG, Johanna. NAGELSCHMIDT, Ilse. SCHÖTZ, Susanne (org.) *Frauen in der bürgerlichen Revolution von 1848/49*. Leipzig: Bundesministerium für Familie, Senioren, Frauen und Jugend, 1998.

Como intelectuais e educadoras, Nísia Floresta e Mathilde Anneke desafiaram as normas de seu tempo. De uma forma ou de outra, posicionaram-se contrariamente aos conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas que se estabeleciam no decorrer do século XIX e que reservavam às mulheres o âmbito privado.

Numa perspectiva comparativa das “vidas transatlânticas” de Floresta e Anneke, sugiro que ambas encontraram além-mar terreno propício para suas realizações. Inseridas nos diferentes contextos de desenvolvimento sócio-econômico, e levando-se em conta a ideia de transferências, sejam elas culturais, sociais, políticas ou educacionais, atuaram a ponto de ambas serem consideradas precursoras do feminismo.

Suas propostas educacionais ousavam no sentido de proporem um ensino que se aproximava do que era destinado aos meninos, e naquele contexto, isso já era o bastante para serem criticadas.

Bibliografia:

DIETHE, Carol. *Towards emancipation: German women writers of the nineteenth century*. New York: Berghahn Books, 1998.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Ed. UFRN, 1995.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

_____, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FOUT, John. (org.) *German women in the nineteenth century: a social history*. New York: Holmes & Meier Publishers, 1984.

FULBROOK, Mary (ed.). *German History since 1800*. London: Arnold, 1997.

LUDWIG, Johanna. NAGELSCHMIDT, Ilse. SCHÖTZ, Susanne (org.) *Frauen in der bürgerlichen Revolution von 1848/49*. Leipzig: Bundesministerium für Familie, Senioren, Frauen und Jugend, 1998.

QUINTANEIRO, Tânia. *Retrato de mulher: O cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969.

TIPTON, Frank. *A History of modern Germany since 1815*. London: Continuum, 2003.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.” In: *SOS CORPO: gênero e cidadania*. Trad.: Cristine R. Dabat e Maria B. Ávila. 3ª ed. Recife, abr./1996.

PIEPKE, Susan L. *Mathilde Franziska Anneke (1817-1884): the works and life of a German-American activist*. New York: Peter Lang Publishing, 2006.

WAGNER, Maria. *Die Frau in der Gesellschaft Lebengeschichten: Mathilde Franziska Anneke in Selbstzeugnissen und Dokumenten*. Frankfurt am Main: Fischer, 1980.

WHITTLE, Ruth. PINFOLD, Debbie. *Voices of Rebellion: political writing by Malvida von Meysenbug, Fanny Lewald, Johanna Kinkel and Louise Aston*. Bern: Peter Lang Publishing, 2005.